

REGIANE SBROION DE CARVALHO

Política e infância: aproximações a partir da escuta de crianças de movimentos sociais de luta pela terra

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área: Psicologia

Área de concentração: Psicologia, Processos Culturais e Subjetivação

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Soares da Silva

Ribeirão Preto  
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Carvalho, Regiane Sbroion de

Política e infância: aproximações a partir da escuta de crianças de movimentos sociais de luta pela terra.

Ribeirão Preto, 2015

249 p. : il. ; 30 cm

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Silva, Ana Paula Soares da.

Nome: Carvalho, Regiane Sbroion de

Título: Política e infância: aproximações a partir da escuta de crianças de movimentos sociais de luta pela terra

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área: Psicologia.

Aprovado em:

Banca examinadora

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



## AGRADECIMENTOS

Ao Ricardo, meu marido, amante, companheiro, mas também revisor, colaborador, parceiro e companheiro de bancada e vida. Obrigada pelo empenho, cuidado e de estar ao meu lado em todos os momentos, dividindo sua vida e seu modo de ser. A caminhada da vida é mais bela e divertida ao seu lado.

À Ana Paula, mais do que uma orientadora, uma amiga que levo para toda vida. Obrigada pela companhia divertida, supervisões instigantes, sorriso fácil e exigência comprometida. Com você, cresci (e continuo crescendo a cada encontro), aprendi o peso do compromisso social e com as pessoas e a leveza da alegria nas pequenas ações. Obrigada por acreditar, confiar em mim, me possibilitando viver todas essas incríveis experiências nos últimos anos.

À minha mãe, que floresce mais a cada dia. Por seus braços que acolhem, por seu sorriso que ilumina e por suas palavras que estimulam.

Ao meu pai, pelo cuidado, amor e presença mesmo quando se imagina ausente.

À Cris, Lucio e Léo por entender as ausências, exigir as presenças e fortalecer a cada dia meu sentimento de família.

À Andrea Nelson, Patrícia e Igor pelos cuidados atentos, paciência infindável e encontros amorosos.

À minha família, especialmente ao Mario Luiz (Dindim), Silvana, Fábio, Lu, Henrique, Tony, Fá, Carla, Rê, pelos almoços infindáveis que tornam a vida mais leve e divertida.

Aos Lapsapecas: Ciça, Ju, Delma, Ricardo, Thatha, Karine, Leticia e Virgínia pelos aprendizados constantes e que provam a cada encontro que os crescimentos e o trabalho árduo podem ser acompanhados de afeto, risos, e respeito.

À Pituquinha, por alegrar meu dia com seu carinho afobado e amor silencioso.

À Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (processo no. 2012/10876-8) e do Estágio de Pesquisa no Exterior (processo no. 2014/16173-4).

Ao professor Vincent Tournier pelo acolhimento e sugestões que muito contribuíram para a elaboração da tese.

Às professoras Zilma de Oliveira e Jaileila Menezes pelos comentários realizados no momento da qualificação.



“Você não escuta de vez em quando uns barulhos estranhos? Sabe o que é esse barulho estranho? São os paradigmas velhos caindo. Sabe por que caem os paradigmas velhos? Pra a gente levantar os novos”.

Hélio Leites no filme “Tarja Branca” (Rhoden, 2013)



## RESUMO

Carvalho, R. S (2015). *Política e infância: aproximações a partir da escuta de crianças de movimentos sociais de luta pela terra*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto

A presente tese tem como objetivo compreender as significações sobre política construídas por crianças moradoras de um assentamento rural vinculado a movimentos sociais de luta pela terra – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Historicamente, áreas que têm a criança como objeto de estudo têm negligenciado a discussão de sua relação com a política e, ao mesmo tempo, áreas que se voltam para a investigação da política o têm feito enfocando relações adultas, ocultando a infância desse processo. Compreendemos que vivemos um momento histórico em que há a emergência, em discursos científicos e práticas, de perspectivas contra-hegemônicas que colocam a criança como um possível sujeito de ações políticas. Baseadas nas perspectivas teórico-metodológicas dos marxistas Antonio Gramsci e Lev Vigostski, apresentamos a tese de que crianças que vivenciam espaços e relações permeados pela vinculação com movimentos sociais, em virtude da constante busca de efetivação de direitos desses grupos, possuem repertórios sobre a política, assim como uma relação ativa com esse campo, com a crítica de sua realidade e com a modificação de relações e contextos. Para isso, realizamos uma pesquisa empírica com 32 crianças de seis a 12 anos, sendo 17 do MLST e 15 do MST. Para a construção do *corpus* empírico utilizamos como instrumentos: grupos de discussão e conversas individuais. Todos os instrumentos foram gravados e transcritos na íntegra. A análise foi feita a partir de leituras exaustivas do material empírico, tendo dois eixos: (1) significados de política apresentados pelas crianças; (2) a política na vida cotidiana das crianças, no qual avaliamos, a partir dos relatos sobre suas vidas, como as relações de poder se estabelecem. Os significados são, por muitas vezes, ligados à política institucional, considerada como um campo específico de relações entre governantes e governados, sendo os principais: votar, figuras políticas, ordens a serem seguidas. Encontramos, ainda, significações ligadas à mídia, documentos, cuidado e melhoria dos contextos. No caso das crianças menores, elas mencionam não saber o que é política. Com relação à política cotidiana materializada nas relações vivenciadas pelas crianças, encontramos situações em que o poder é preponderantemente exercido pelo adultos. Em relações por vezes de enfrentamento, encontramos situações em que o poder se centraliza na criança. Finalmente, encontramos também situações centradas no diálogo, em que o poder é negociado e se materializa a partir das condições existentes em cada interação. Frente à complexidade e contradição características das relações humanas, encontramos campos de aproximação à tese apresentada, como a significação da política como melhoria dos contextos vivenciados pelas crianças, a qual traz uma característica de ação dos sujeitos sobre a realidade e, ainda, situações significadas como políticas nas quais o ator que realiza a ação é a própria criança. Entretanto, encontramos uma predominância de situações de poder centradas nos adultos e uma significação da categoria “infância” como apolítica quando perguntadas sobre quais são os atores aptos a realizar a política. Os resultados demonstram a potencialidade de significações e práticas que resultam da articulação entre os campos da infância e da política.

Palavras-chave: Criança. Infância. Política. Movimentos sociais. Poder.



## ABSTRACT

Carvalho, R. S (2015). *Politics and childhood: approaches from hearing children who take part in social movements of struggle for land*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto

This thesis aims to understand the meanings on politics built by children who lives in a rural settlement linked to social movements that struggle for land – Landless Workers Movement (MST) and Landless Liberation Movement (MLST). Historically, areas having the child as an object of study have neglected the discussion of their relationship with politics and at the same time, areas that turn to research politics have been focused on adult relationships, hiding the childhood of that process. We understand that we are living a historical moment where there is an emergence, in scientific discourses and practices, of counter-hegemonic perspectives that put the child as a possible subject of political action. Based on theoretical and methodological perspectives of marxist Antonio Gramsci and Lev Vigotski, we present the thesis that children who experience spaces and relationships permeated by ties with social movements, due to the constant search for enforcing rights of these groups, have repertoires about politics, as well as an active relationship with this field, with criticism of their reality and with the modification of relationships and contexts. For this, we conducted an empirical survey of 32 children aged six to twelve years, 17 from MLST and 15 from MST. To build the empirical corpus we used as instruments: focus groups and individual conversations. All instruments were recorded and transcribed in full. The analysis was made from exhaustive readings of the empirical material, having two axes: (1) policy meanings presented by children; (2) the policy in the daily lives of children, in which we evaluate, from the reports of their lives, how power relations are established. The meanings are often related to institutional policy, considered as a specific field of relations between rulers and ruled, the main ones being: vote, political figures, orders to be followed. We still found meanings related to media, documents, care and improvement of contexts. For the young children, they mention not knowing what politics are. Regarding the daily politics materialized in the relationships experienced by the children, we find situations in which power is exercised mainly by adults. In relationships of confrontation, we find situations in which power is centralized in the child. Finally, we also find situations focused on dialogue, in which power is negotiated and is materialized from the existing conditions in every interaction. Considering the complexity and contradiction peculiar to human relationships, we find fields that approximate to the presented thesis, as the meaning of politics as improvement of the contexts experienced by the children, which brings a characteristic of subjects action on the reality and also situations meant as politics in which the actor who performs the action is the child. However, we found a predominance of power situations focused on adults and a significance of the category "childhood" as apolitical when asked about what actors are able to carry out the policy. The results demonstrate the potential of meanings and practices that result from the joint between the fields of childhood and politics.

Keywords: Children. Childhood. Politics. Social movements. Power.



## SUMÁRIO

|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....  | <b>15</b>                           |
| <b>CAPÍTULO 1: A EMERGÊNCIA DE NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS</b> .....                      | <b>17</b>                           |
| <b>CAPÍTULO 2: RELAÇÃO CRIANÇA/POLÍTICA A PARTIR DE CONCEITOS CIENTÍFICOS</b> .....    | Error! Bookmark not defined.        |
| <b>Socialização Política</b> .....   | Error! Bookmark not defined.        |
| Perspectiva interacionista da Socialização Política .....                              | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Críticas e propostas posteriores a Percheron.....                                      | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>Participação política</b> .....   | Error! Bookmark not defined.        |
| A participação política da criança.....  | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Definições da participação política das crianças.....                                  | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>Balço da relação entre política e criança na literatura científica</b> .....        | Error! Bookmark not defined.        |
| Bookmark not defined.  |                                     |
| <b>CAPÍTULO 3: A RELAÇÃO CRIANÇA E POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA</b> ..... | Error! Bookmark not defined.        |
| <b>Proposições teórico-metodológicas</b> .....   | Error! Bookmark not defined.        |
| <b>Perspectiva das áreas de conhecimento</b> .....                                     | Error! Bookmark not defined.        |
| Psicologia do Desenvolvimento, criança e política.....                                 | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>Lev Semionovich Vigotski</b> .....  | Error! Bookmark not defined.        |
| <b>Antonio Gramsci</b> .....   | Error! Bookmark not defined.        |
| <b>A constituição de nosso objeto</b> .....  | Error! Bookmark not defined.        |
| Contexto da Pesquisa .....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>Procedimentos: Participantes e Instrumentos</b> .....                               | Error! Bookmark not defined.        |
| Contato e autorização dos responsáveis pelas crianças .....                            | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Participantes .....  | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Instrumentos .....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Análise do <i>corpus</i> empírico.....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Tratamento do material e procedimentos de análise conversas individuais.....           | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>Bookmark not defined.</b>   |                                     |
| <b>CAPÍTULO 4: A POLÍTICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS</b> ....                | Error! Bookmark not defined.        |
| Bookmark not defined.  |                                     |
| <b>4.1 Significações de política</b> .....   | Error! Bookmark not defined.        |
| 4.1.1 Votar .....  | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 4.1.2 “Não sei” e Pesquisa .....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 4.1.3 Mídia .....  | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 4.1.4 Figuras políticas.....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 4.1.5 Melhoria dos contextos .....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 4.1.6 Documentos.....  | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 4.1.7 Ordens a serem seguidas .....  | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 4.1.8 Cuidado.....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Apontamentos .....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>4.2 Atores políticos</b> .....  | Error! Bookmark not defined.        |
| 4.2.1 Atores que fazem política .....  | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 4.2.2 Atores que não fazem política .....  | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Apontamentos .....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>CAPÍTULO 5: A POLÍTICA NA VIDA COTIDIANA DAS CRIANÇAS</b> .....                     | Error! Bookmark not defined.        |
| Bookmark not defined.  |                                     |

|   |                                     |
|---|-------------------------------------|
| <b>Cartaz 1</b> .....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>Cartaz 2</b> .....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>Cartaz 3</b> .....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>1. Situações centralizadas no adulto</b> .....             | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 1.1 Poder de decisão .....                                    | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 1.2 Poder de mudança.....                                     | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 1.3 Poder de solucionar problemas .....                       | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 1.4 Poder para impor atividades, tempos e concepções. ....    | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Apontamentos.....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>2. Situações centralizadas na criança</b> .....            | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 2.1 Poder de decisão .....                                    | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 2.2 Poder de solucionar problemas .....                       | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 2.3 Poder de realizar seus interesses.....                    | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 2.4 Poder de demonstrar descontentamento e não concordância   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>defined.</b>   |                                     |
| 2.5 Poder de Mudança de condições e contextos .....           | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Apontamentos.....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| As crianças mais velhas .....                                 | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>3. Situações centradas no diálogo</b> .....                | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 3.1 Consideração das vontades .....                           | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 3.2 Consideração dos interesses.....                          | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| 3.3 Consideração das opiniões .....                           | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| Apontamentos.....   | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>CAPÍTULO 6 – Considerações finais</b> .....                | <b>21</b>                           |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                      | <b>25</b>                           |
| <b>APÊNDICE A</b> .....                                       | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>APÊNDICE B – MST E INFÂNCIA</b> .....                      | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>APÊNDICE C – Roteiro grupo de Discussão 01 - MST</b> ..... | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>defined.</b>   |                                     |

## APRESENTAÇÃO

A motivação para a realização da pesquisa de doutorado que resulta no presente texto se deu a partir de um episódio que emergiu na pesquisa de mestrado da pesquisadora, desenvolvida de 2008 a 2011, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto. O mestrado teve como objeto de investigação e análise as formas de participação de crianças de sete a doze anos moradoras de um assentamento rural de reforma agrária e de um bairro da periferia da cidade (Carvalho, 2011). Compreendendo a participação (das crianças) como inerente à ação humana, a pesquisa nos proporcionou um aprofundamento teórico-metodológico em relação à criança e a infância e suas práticas sociais. Nosso foco de análise e discussão não foi a participação ou não das crianças, mas suas formas de participação. Dentre os relatos presentes na pesquisa, os construídos por duas meninas de dez anos nos chamaram atenção: o de Daniela, moradora de um assentamento rural de reforma agrária vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o de Gabriela, moradora da periferia urbana. Em seus relatos, ambas descreviam um caso de violência perpetrado por uma professora. Entretanto, as formas como a situação foi relatada e o desfecho do caso foram substancialmente diferentes para cada uma das meninas. Enquanto para Daniela a violência da professora encontrou resistência em uma ação coletiva dos alunos, que buscaram a diretora e denunciaram a professora, resultando no seu afastamento da sala de aula, Gabriela chega a relatar o afastamento da professora, mas atribui o fato a uma escolha dela devido a motivos pessoais. Gabriela apresenta um discurso de submissão, não atribuindo a possibilidade de ação e defesa por parte das crianças, enquanto Daniela assume um papel ativo de busca de mudança do contexto vivenciado.

As significações que emergiram na pesquisa de mestrado retratam, portanto, subjetividades marcadas por diferentes concepções acerca da potencialidade da ação das crianças e delas mesmas como sujeitos modificadores de suas realidades. Essa diferença de concepção em relação às posturas, mas principalmente de papéis assumidos pelas crianças, nos intrigou. E uma pergunta surgiu: Por que Daniela assume um papel social ativo, no qual internaliza seus direitos, luta para que eles se efetivem e escolhe este tipo de situação para relatar à pesquisadora? O que faz com que Daniela, enquanto criança, exerça esse papel? Tais questionamentos nos levaram a delinear nosso projeto de doutoramento. O caso de Daniela deixou evidente a dimensão política do ato das crianças no interior da escola e nos provocou a questionar as ausências desse debate nos estudos sobre a infância. Uma das hipóteses

levantadas foi de que as experiências propostas pelo MST, de ação e inserção política direta e indireta, poderiam estar favorecendo a constituição de papéis e subjetividades mais críticos em relação às interações e relações que estabelecem com adultos e crianças. Estudar crianças cujas famílias pertencem a movimentos sociais poderia, portanto, ser um caminho para encontrar formas mais visíveis da presença da política na vida das crianças.

Assim surge a proposta dessa tese, que se propõe a realizar aproximações teóricas e metodológicas para compreender a relação entre criança e política, buscando investigar as significações sobre política e os posicionamentos assumidos pelas crianças de movimentos sociais. A tese sustentada nesta pesquisa é de que crianças que vivenciam espaços e relações permeados pela vinculação com movimentos sociais, em virtude da constante busca de efetivação de direitos realizada por esses grupos, possuem repertórios sobre a política ligados a uma relação ativa com esse campo, com a crítica de sua realidade e com a modificação de relações e contextos. Isto é, com significações da política como ação social, sendo elas possíveis sujeitos de realização dessas ações. Defende-se que a escuta das crianças pode favorecer o conhecimento de situações marcadas por papéis e contrapapéis em um jogo complexo que revela as negociações características da ordem da política e que, nele, podem existir processos em que as crianças se reconheçam como sujeitos capazes de transformar as relações e as condições que se dão nos espaços em que circulam.

A política é por nós discutida a partir de dois diferentes níveis de compreensão: a política institucional e a política cotidiana.

Baseadas em Gramsci (Coutinho, 2007) e Rosa (2013), consideramos a **política institucional** como “o conjunto de práticas e de objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados”. Pode-se dizer que trata-se do “espaço público e institucionalizado no qual se realizam discussões, negociações e decisões sobre os objetivos e valores da vida coletiva” (Castro, 2013, p. 85).

Para a compreensão da **política cotidiana**, remetemo-nos à proposição de política ampla, que Rosa (2013), a partir de Gramsci, define como a:

[...] forma como o poder está distribuído em determinadas relações humanas e como tal distribuição afeta a tomada de decisões referentes àquele contexto. Se defendermos o poder aqui como a capacidade de influenciar ou decidir sobre as pessoas, concluiremos que as relações de poder, e conseqüentemente a política, estão presentes nas mais diversas esferas de nossas vidas. Assim, a política se manifesta desde a capacidade que temos de decidir sobre nós mesmos até o quanto podemos influenciar nas decisões estatais, passando pelas esferas das relações interpessoais, familiares e comunitárias (Rosa, 2013, p. 69).

Assim, a política ampla remete ao caráter político que perpassa nossas vivências

sociais e que compõe nossas interações intersubjetivas cotidianas. Como aponta Rosa (2013), o poder se efetiva nas possibilidades de “influenciar ou decidir”, ou como adiciona o sociólogo Thompson (2009), refere-se a “uma capacidade conferida socialmente ou institucionalmente [aos indivíduos], que dá poder a alguns para tomar decisões, conseguir seus objetivos e realizar seus interesses” (Thompson, 2009, p. 79-80).

Para o desenvolvimento de nossa tese, o texto está organizado em seis capítulos:

No primeiro capítulo, realizamos uma discussão e análise sobre a infância e a política. Recorrendo às concepções socialmente disseminadas, marcos científicos e jurídicos e práticas sociais, analisamos os possíveis discursos em relação à criança e a infância, e a possibilidade de pautar as crianças como sujeitos de ações políticas no momento histórico atual.

No segundo capítulo, embrenhamo-nos na compreensão de como a ciência tem abordado a relação entre a criança e a política. Elegemos para essa discussão os conceitos da socialização política e da participação política. Tem como objetivo de analisar a forma que a relação criança e política é apresentada, mas, principalmente, como a criança é pautada nesses conceitos, se lhe são atribuídas possibilidades de ação em sua relação com o campo político.

Após uma aproximação e análise dos conceitos científicos que abarcam o tema, apresentamos, no capítulo 3, nossa proposta da forma de compreender a relação criança-política, baseando-nos, preponderantemente, em Vigotski e Gramsci. Discutiremos, ainda nesse capítulo, o contexto por nós pesquisado, os participantes, os métodos e os procedimentos realizados na construção de nosso material empírico.

Os capítulos 4 e 5 são destinados à apresentação e à discussão de nosso *corpus* empírico com o intuito de aprofundar na tese aqui apresentada, a partir da fala das próprias crianças. No capítulo 4, discutimos as significações de política construídas pelas crianças e, no capítulo 5, focamos as relações cotidianas vivências e relatadas pelas crianças, analisando as formas como a política se materializa nas relações estabelecidas com seus parceiros em suas vidas, buscando compreender as possibilidades de exercício do poder. Com a realização desses dois níveis de análise, buscamos abranger os pontos por nós apresentados em nossa tese, na tentativa de compreendê-la e discuti-la na complexidade e na consideração às contradições das relações humanas concretas.

O último capítulo é destinado às considerações finais.







## **CAPÍTULO 6 – Considerações finais**

O texto construído buscou traçar um caminho que apresentasse, discutisse e localizasse nossa tese no momento histórico, no campo científico, no contexto que se propôs a aprofundar, amarrando, ao final, com os conhecimentos e significações de seus principais sujeitos – as crianças. Ao longo dos primeiros capítulos, buscamos demonstrar as (im)possibilidades colocadas nas atuais configurações históricas, econômicas e sociais, que permitem ou não pautar a criança em sua relação com a política, seja a cotidiana, pelas formas de efetivação do poder nas relações que estabelecem com seus parceiros, seja a institucional, por meio de propostas e práticas para que os direitos de participação da criança sejam ampliados.

No campo científico, deparamo-nos com dois conceitos – a socialização política e a participação política da criança – que se apresentam como potências para a discussão da infância, da criança e de seu desenvolvimento, principalmente pautando aspectos sociais e políticos, os quais são, por vezes, negligenciados, principalmente quando consideramos as crianças pequenas. Entretanto, nosso interesse de investigação e a tese por nós construída não encontraram morada nos conceitos científicos discutidos e fez-se necessário recorrer a novos autores para a reflexão, construção e embasamento das concepções que compõem nossa tese. Gramsci e Vigotski foram nossas fontes teóricas, e os pesquisadores que avançaram e trataram de suas teorias nossos interlocutores na construção conceitual de nossos objetos investigados. Buscando encontrar na realidade respaldo à tese por nós construída, recorreremos ao auxílio das crianças que, conosco, dividiram suas vidas e experiências.

Nossa tese de que crianças que vivenciam espaços e relações permeados pela vinculação com movimentos sociais, em virtude da constante busca de efetivação de direitos desses grupos, possuem repertórios sobre a política, assim como uma relação ativa com esse campo, com a crítica de sua realidade e com a modificação de relações e contextos, encontrou amparo a partir da articulação com conceitos dos autores acima citados. As contribuições dos entendimentos de política ampla e restrita e de Gramsci, em diálogo com autores mais recentes, auxiliaram-nos na construção de nossas compreensões de política cotidiana e institucional, de forma a permitir um olhar para as significações acerca das situações vivenciadas pelas crianças e, ao mesmo tempo, instrumentalizar o debate sobre a relação política e infância. Em Vigotski, apoiamos-nos nos seus pressupostos que dão ancoragem para a centralidade dos processos interativos no desenvolvimento humano, que ocorrem em

contextos situados e entre sujeitos concretos, de modo a atualizar, reafirmar, negar, resistir e/ou renovar as práticas culturais que (im)possibilitam compreender a dimensão política das relações que as crianças mantêm com seu meio. Assim, seus conceitos de vivência (Vygotski, 2012), significação (Vigotski, 2001) e drama (Vigotski, 2000) mostraram-se como orientadores de um olhar que procurou ser não reducionista ao abordar a dinâmica que se dá na relação entre infância e política quando tomamos como objeto as falas das próprias crianças. A partir desses conceitos, foi possível compreender se crianças que vivenciam espaços e relações permeados pela vinculação com movimentos sociais possuem repertórios sobre a política, assim como uma relação ativa com esse campo, com a crítica de sua realidade e com a modificação de relações e contextos, as possibilitando também assumir um papel ativo nesse processo. O material construído junto com as crianças encontrou pontos de convergência com o que havíamos hipotetizado na construção da problemática que compõe a tese, mas também de distanciamento da realidade concreta descrita pelas crianças. Como esperávamos desde o início, as relações sociais e a vida se mostram sempre mais complexas, ricas e contraditórias, de modo a abrir novos horizontes para investigação da relação infância e política.

As significações sobre política realizadas pelas crianças por vezes se aproximam de uma compreensão de política institucional, campo de relações específicas, notadamente entre governantes e governados, como destaca Gramsci (Coutinho, 2007), por meio de práticas como o voto, da personificação da política em suas figuras de autoridade, ou ainda como ordens a serem seguidas. Por meio dessas significações, as crianças identificam claramente quem são os sujeitos que dominam esses espaços, de forma a afastá-las da política. As ações dos governados se mostram pontuais e, como parte da possibilidade da política institucional, próprias da racionalidade e do mundo adulto, sendo vetadas às crianças; Megan, ao trazer a voz de sua mãe, deixa este aspecto bastante claro: “política não é pra criança”. O lugar social de criança não comporta a experiência da vida política institucional. Ao analisarmos os significados das próprias crianças sobre os sujeitos que realizam política, o adulto é considerado como o membro primordial e, por vezes único, para a realização dessa ação. Mesmo destacando, ao longo de seus relatos, a possibilidade de realização de política pontuais por parte das crianças, a categoria geracional infância é apontada como apolítica e as crianças como não aptas ao seu exercício. Encontramos, assim, entre as crianças, a concepção socialmente disseminada de afastamento delas do campo da política. Nesse

sentido, como aponta Qvortrup (2010), ao analisarmos a posição assumida pelas crianças, a partir do trabalho, acerca das significações de política, elas aparecem como “sujeitos visados”, isto é, objeto de políticas públicas elaboradas e efetivadas por outros, notadamente adultos. Entretanto, algumas crianças reivindicam uma aproximação da infância da política institucional, como sujeitos, uma vez que consideram a importância das ações desenvolvidas em seu âmbito nas condições e formas de vivência de suas vidas. Esse é o caso de Megan, que responde à afirmação da mãe, reproduzida acima, da seguinte forma: “Porque se tá falando que tudo a [...] ver com a cidade, com o povo, então tem tudo a ver com a gente...”.

No material aparecem também elementos que falam a favor de uma competência das crianças para a identificação dos problemas em seus contextos e sobre certo funcionamento da política, mesmo que pelos seus desvios, como o clientelismo, as promessas não cumpridas e a necessidade de coletivização da luta para a conquista de direitos.

Na discussão sobre o tema, as crianças, notadamente as do MST, remetem significações de política como uma forma de mudança das condições concretas de suas vidas, indicando instrumentos como manifestações, construção de cartazes, dentre outros, para essa efetivação. A política assume aqui um caráter de ação de membros da sociedade e que pode, por esse motivo, ser realizada pelas crianças. Nesse movimento, as crianças se colocam em pé de igualdade com os adultos, uma vez que se implicam em alguns desses processos, o que aparece no relato de ações que buscam a melhoria das condições na escola e no ônibus, por exemplo. Por vezes, essa implicação consiste não na ação direta, mas na busca pelas pessoas que podem se posicionar em igualdade, que tenham autoridades atribuídas pelo lugar social semelhantes, no jogo de poder das relações que se travam nos contextos e que atravessam os diferentes papéis neles desenvolvidos. Em outras ocasiões, surge pela reivindicação de aproximações entre seus mundos e a política, mesmo que em atenção às suas demandas, como alvo das ações e decisões realizadas pelos adultos que gerem os tempos, as atividades, as materialidades físicas e os disciplinamentos dos espaços onde circulam. Nesse momentos, compreendemos que as crianças buscam em sua relação com a política a assunção do papel de “sujeitos”, na denominação de Qvortrup (2010).

Destacamos, ainda, que, em praticamente todas as crianças, independentemente do movimento, encontramos um forte senso crítico tanto de suas realidades, como da própria política institucionalizada, apontando para nuances vivenciadas pelas crianças; o uso da mentira para a obtenção do voto, a não escuta da população, por exemplo, são trazidos na

construção de significações bastante pessimistas sobre a própria política. Há nesse aspecto um caráter pedagógico, formador da vivência direta ou indireta das crianças com os representantes que ocupam cargos públicos, disputados em processos eleitorais.

Ao analisarmos as relações cotidianas das crianças e a forma como a política se materializa em suas interações face a face, são as contradições que mais chamam atenção. Deparamo-nos com situações de dominação, tutela, subordinação e abuso de poder, vivenciadas pelas crianças em seus cotidianos, mas também, no movimento de exercício de poder no cotidiano, são encontradas situações centradas na criança e situações de negociação. No caso do centradas nas crianças, também se depreendem movimentos de dominação do outro, podendo as crianças assumir o papel de “pequenos tiranos”.

Relações dialógicas possibilitam a expressão, escuta e consideração de seus diferentes membros em consideração ao outro como um sujeito. Nessas situações, o poder é flutuante e pode ora se materializar com um membro da relação, ora com outros, independentemente dos fatores de autoridade ou etários.

Como verificamos, as significações de política como ação e o exercício desta pelas crianças são encontradas nos discursos infantis, sendo que as experiências vivenciadas e significadas no contexto dos movimentos sociais podem ser as responsáveis por tais significados. Encontramos relatos de crianças que se referem à política enquanto ação social e são significadas, elas próprias, como possíveis sujeitos políticos, mas não temos elementos suficientes para afirmar que as experiências que as possibilitam construir tais significações se devam a vivências ocorridas devido a sua inserção nos movimentos sociais. Outras pesquisas, que abordem tanto as significações sobre os movimentos sociais pelas crianças que os vivenciam, quanto realizadas com crianças de outros contextos, seriam necessárias, pois avançariam na compreensão sobre se as experiências do assentamento são internalizadas como de ação política, e também se crianças de outros contextos sociais apresentam as mesmas concepções de política como ação social e delas próprias como sujeitos possíveis de ação política, não sendo, portanto, algo específico desse contexto.

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, W. M. J. de, Liebesny, B., Marchesan, E. C., & Sanchez, S. G. (2009). Reflexões sobre sentido e significado. In A. M. B. Bock & M. da G. M. Gonçalves, *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica* (pp. 54–72). São Paulo, SP: Cortez Editora.
- Alozie, N. O., Simon, J., & Merrill, B. D. (2003). Gender and political orientation in childhood. *The Social Science Journal*, 40(1), 1–18. [http://doi.org/10.1016/S0362-3319\(02\)00255-0](http://doi.org/10.1016/S0362-3319(02)00255-0)
- Ariès, P. (1981). História social da criança e da família. trad. *Dora Flaksman*. Rio de Janeiro: LTC.
- Barrow, W. (2010). Dialogic, participation and the potential for Philosophy for Children. *Thinking Skills and Creativity*, 5(2), 61–69. <http://doi.org/10.1016/j.tsc.2010.01.002>
- Batallán, G., & Campanini, S. (2008). La participación política de niñ@s y jóvenes-adolescentes: Contribución al debate sobre la democratización de la escuela. *Cuadernos de Antropología Social*, (28), 85–106.
- Ben-Arieh, A., & Boyer, Y. (2005). Citizenship and Childhood: The state of affairs in Israel. *Childhood*, 12(1), 33–53. <http://doi.org/10.1177/0907568205049891>
- Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. (C. N. Coutinho, Trans.). Rio de Janeiro: Campus.
- Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 4(2). <http://doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>
- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. de L. T. (2002). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Borba, J. (2012). Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade E Estado*, 27(2), 263–288. <http://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Congresso Nacional. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)
- Brussino, S. (2015, June). *Conferência*. Presented at the 1º Encontro Sul-Americano de Psicologia Política, São Paulo. Retrieved from <http://gepsipolim.wix.com/encontrosulamericano#!programao/cxkd>
- Caron, P. (2002). Annick Percheron et la socialisation politique. *DEES*, 128, 23–34.

- Carvalho, R. S. de. (2011, July 4). *Participação infantil: reflexões a partir da escuta de crianças de assentamento rural e de periferia urbana* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Retrieved from <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-29082011-123038/>
- Castro, L. R. de. (2001). Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In L. R. de Castro (Ed.), *Crianças e jovens na construção da cultura* (pp. 19–46). Rio de Janeiro: NAU Editora : FAPERJ.
- Castro, L. R. de. (2012). The “good-enough society”, the “good-enough citizen” and the “good-enough student”: Where is children’s participation agenda moving to in Brazil? *Childhood*, 19(1), 52–68. <http://doi.org/10.1177/0907568211402525>
- Castro, L. R. de. (2013). *O futuro da infância e outros escritos*. Rio de Janeiro: FAPERJ : 7 Letras.
- Coutinho, C. N. (2007). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (3rd ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coutinho, C. N. (2011a). *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política* (1. ed). São Paulo: Boitempo.
- Coutinho, C. N. (2011b). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*. (2009). Português, Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- Elwood, S., & Mitchell, K. (2012). Mapping Children’s Politics: Spatial Stories, Dialogic Relations And Political Formation. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 94(1), 1–15. <http://doi.org/10.1111/j.1468-0467.2012.00392.x>
- Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e Participação. Representações, práticas e poderes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Firmiano, F. D. (2008). *A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- George, R. (2013). “What’s a vendetta?” Political socialization in the everyday interactions of Los Angeles families. *Discourse & Society*, 24(1), 46–65. <http://doi.org/10.1177/0957926512463640>
- Gramsci, A. (2004). *Cadernos do cárcere*. (C. N. Coutinho, Ed.). Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira.

- Imhoff, D. (2014). *Estudio cuasi-experimental acerca de la influencia de experiencias de socialización política sobre variables psico-sociales y psico-políticas en niñas y niños cordobeses* (Tese de doutorado). Universidad Nacional de Córdoba (Argentina), Córdoba.
- Imhoff, D., & Brussino, S. (2013). Participación sociopolítica infantil y procesos de socialización política: exploración con niños y niñas de la ciudad de Córdoba, Argentina. *Liberabit*, 19(2), 205–213.
- Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10(15), 124–138.
- Lane, S. T. M., & Codo, W. (1984). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Lansdown, G., & Karkara, R. (2006). Children’s right to express views and have them taken seriously. *The Lancet*, 367(9511), 690–692. [http://doi.org/10.1016/S0140-6736\(06\)68268-8](http://doi.org/10.1016/S0140-6736(06)68268-8)
- McLeod, J. M. (2000). Media and civic socialization of youth. *Journal of Adolescent Health*, 27(2, Supplement 1), 45–51. [http://doi.org/10.1016/S1054-139X\(00\)00131-2](http://doi.org/10.1016/S1054-139X(00)00131-2)
- Monteiro, R. A. de P., & Castro, L. R. de. (2008). A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 271–284.
- Montero, M. (2008). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Moss, D. (2013). The Form of Children’s Political Engagement in Everyday Life: Children’s Political Engagement. *Children & Society*, 27(1), 24–34. <http://doi.org/10.1111/j.1099-0860.2011.00373.x>
- Müller, F., & Carvalho, A. M. A. (2009). Encontros e diálogos: notas introdutórias. In F. Müller & A. M. A. Carvalho (Eds.), *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro* (pp. 21–28). São Paulo: Cortez Editora.
- Muñoz, C. (2004). *Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã*. São Paulo: Cortez Editora : Instituto Paulo Freire.
- Nascimento, F. P. do. (2014). *Educação Política desde a infância – a experiência do*

- orçamento participativo criança e adolescente em Fortaleza* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Nosella, P. (2002). A linha vermelha do planeta infância: o socialismo e a educação da criança. *Revista Contexto & Educação*, 17(68), 81–125.
- Organização das Nações Unidas. (1989, November 20). Convenção internacional sobre os direitos da criança.
- Papalia, D. E., & Olds, S. W. (2000). *Desenvolvimento humano*. (7th ed.). Porto Alegre: ArtMed.
- Paulo Netto, J. (2009). Introdução ao método da teoria social. In *Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFEES/ABEPSS.
- Paulo Netto, J. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx* (1st ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Percheron, A. (1974). *L'univers politique des enfants*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques: Armand Colin. Retrieved from <http://www.cairn.info/l-univers-politique-des-enfants--9782724603163.htm;L>
- Percheron, A. (1978). *Les 10-16 ans et la politique*. [Paris]: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- Percheron, A. (1985). La socialisation politique, défense et illustration. In M. Grawitz & J. Leca (Eds.), *Traité de science politique. 3: L'action politique* (1. éd). Paris: Presses Univ. de France.
- Percheron, A. (1993). *La socialisation politique*. (N. Mayer & A. Muxel, Eds.) (Vol. 84). Paris: Armand Colin. Retrieved from <http://journals.cambridge.org/production/action/cjoGetFulltext?fulltextid=6294236>
- Percheron, A., & Rémond, R. (Eds.). (1991). *Age et politique*. Paris: Economica.
- Prado, M. A. M. (2007). Fronteiras negadas: contribuições da psicologia política para a compreensão das ações políticas. In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Eds.), *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp. 99–112). Belo Horizonte: Autêntica.
- Prestes, Z. R. (2012). *Quando não é quase a mesma coisa: traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil*. Campinas: Autores Associados.
- Qvortrup, J. (2010). Infância e política. *Cadernos de Pesquisa*, 40(141), 777–792. <http://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300006>
- Rehfeld, A. (2011). The Child as Democratic Citizen. *The ANNALS of the American Academy*

- of Political and Social Science*, 633(1), 141–166.  
<http://doi.org/10.1177/0002716210383656>
- Renaut, A. (2002). *A libertação das crianças: contribuição filosófica para uma história da infância*. Instituto Piaget.
- Rey, F. L. G. (2013). *O pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento*. (L. L. de Oliveira, Trans.). São Paulo: Hucitec.
- Rhoden, C. (2013). *Tarja branca - A revolução que faltava*. Maria Farinha Filmes.
- Rosa, L. A. (2013, November 25). *Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Retrieved from <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-18122013-171422/>
- Rosemberg, F. (2008). Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a constituição de 1988. In R. G. Oliven, M. Ridenti, G. M. Brandão, & F. P. Limongi Neto (Eds.), *A Constituição de 1988 na vida brasileira* (pp. 296–333). São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores : ANPOCS.
- Rosemberg, F., & Mariano, C. L. S. (2010). A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, 40(141), 693–728.  
<http://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300003>
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. de S., Silva, A. P. S. da, & Carvalho, A. M. A. (2008). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed.  
Retrieved from <http://public.ebib.com/choice/PublicFullRecord.aspx?p=3234664>
- Sabucedo, J. M. (1996). *Psicología política*. Madrid: Síntesis.
- Sánchez Vázquez, A. (2007). *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular.
- Sarmiento, M. J. (2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, 26(91), 361–378. <http://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200003>
- Sarmiento, M. J. (2007). Visibilidade social e estudo da infância. In V. M. R. de Vasconcellos & M. J. Sarmiento (Eds.), *Infância (in)visível* (pp. 25–49). Araraquara: Junqueira & Marin Editores.
- Soares, N. F. (2002). Os Direitos das crianças nas encruzilhadas da protecção e da participação (pp. 14–16). Presented at the Encontro nacional sobre maus tratos, negligência e risco, na infância e na adolescência, Maia.

- Souza Filho, R. de. (2002). Apontamentos sobre o materialismo dialético. *Libertas – Revista Da Faculdade de Serviço Social – Programa de Pós-Graduação Em Serviço Social*, 2-3(1-2), 115–130.
- Souza, L. D., Paula, A., Finkler, L., Dell’aglio, D. D., & Koller, S. H. (2010). Participação social e protagonismo: reflexões a partir das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 28(2), 178–193.
- Thompson, J. B. (2009). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (8th ed.). Petrópolis: Vozes.
- Toassa, G. (2011). *Emoções e vivências em Vigotski*. Campinas: Papirus.
- Tournier, V. (1997). *La politique en héritage? Socialisation, famille et politique: bilan critique et analyse empirique* (Tese de doutorado). Université Pierre Mendès-France, Grenoble.
- Trevisan, G. (2012a). Cenários de participação política de crianças e jovens em contexto local: análise de uma experiência. Presented at the VII Congresso Português de Sociologia, Porto: VII Congresso Português de Sociologia. Retrieved from <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/640>
- Trevisan, G. (2012b). Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos Estudos da Infância. In L. V. Dornelles & N. Fernandes (Eds.), *Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas da dialogicidade luso-brasileiras* (pp. 84–105). Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Tunes, E., & Prestes, Z. (2009). Vigotski e Leontiev: ressonâncias de um passado. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 285–314. <http://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100014>
- UNICEF. (1959). Declaração universal dos direitos da criança.
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21–44.
- Vigotski, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2004). *Teoria e método em psicologia*. (C. Berliner, Trans.) (3rd ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotski, L. S. (2012). *Obras escogidas - IV. Paidología del adolescente. Problemas de la psicología infantil*. (N. J. Vidarte Vargas & I. Filanova, Trans.). Madrid: Antonio Machado Libros.

- Wall, J. (2012). Can democracy represent children? Toward a politics of difference. *Childhood*, 19(1), 86–100. <http://doi.org/10.1177/0907568211406756>
- Wall, J., & Dar, A. (2011). Children's Political Representation: The Right to Make a Difference. *The International Journal of Children's Rights*, 19(4), 595–612. <http://doi.org/10.1163/157181811X547263>



